

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO (SGADM) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS COM ATRIBUIÇÃO AFETA À PROMOÇÃO DE GÊNERO, VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (SEGEM)	
	Data: 13.05.2024	Horário: 16h
Local: Sala Multiuso, Museu da Justiça		ATA DE REUNIÃO Nº 25/2024
PAUTA: Rede de Enfrentamento		

Participam da reunião, mediante assinatura em lista de presença:

1. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membra da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard (**Membra da COEM**);
3. Dra. Carla Araújo (**Procuradora de Justiça – Coord. CAO-VD - MPERJ**);
4. Dra. Isabela Jourdan (**Promotora de Justiça – Subcoord. CAO-VD - MPRJ**);
5. Dra. Maria Matilde Alonso (**Coordenadora do NUDEM - DPERJ**);
6. Delegada Tatiana Queiroz (**Diretora da DGPAM - PCERJ**);
7. Major Bianca (**PMERJ – Coordenadora da Patrulha Maria da Penha**);
8. Maria José Silva (**ALERJ, representante da Dep. Martha Rocha**);
9. Débora Rodrigues (**Comissão da Mulher – ALERJ, representante da Dep. Renata Souza**);
10. Alessandra Ulrich de Almeida (**Coord. do Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência de Gênero da Comissão OAB Mulher-RJ**);
11. Pâmela Brito (**Coord. do Grupo de Trabalho Saúde da Mulher da Comissão OAB Mulher RJ**);
12. Aline Inglez (**Superintendente de Articulação Institucional e Políticas Transversais da Secretaria Estadual da Mulher - SEM/RJ**);
13. Cristina Fernandes (**Coordenadora do CIAM Márcia Lyra**);
14. Fátima Cidade (**Conselheira do CEDIM-RJ**);
15. Tamires de Souza Ribeiro (**Diretora Interina do CEAM Chiquinha Gonzaga**);
16. Thaís Sâmela C. Moraes (**NEAP Chiquinha Gonzaga**);
17. Juliana Siqueira (**SPM-RJ / Diretora da Casa da Mulher Cora Coralina**);
18. Thamyris Machareth Elpídio (**Secretária Municipal da Mulher/SMM - Niterói**);
19. Ana Beatriz Quiroga (**SMM/Niterói**);
20. Valeska Pantaleão (**Diretora do CEAM Tia Gaúcha**);
21. Márcia da Silva (**Secretaria Estadual Saúde**);
22. Maria Cristina de Jesus Marinho (**Secretaria Estadual Saúde**);
23. Alessandra Gomes (**Diretora do Conselho Regional de Farmácia - CRF/RJ – GTT-Mulheres**);
24. Crislaine Coelho Nascimento (**CRF/RJ – GTT-Mulheres**);
25. Rozane S. Nascimento (**CRF/RJ - GTT- Mulheres**);
26. Lidiane de Paula Pereira (**Secretária Municipal de Promoção da Mulher-SPM/RJ**);
27. Mariana Andrade (**Subsecretária SPM/RJ-CTEV**);

28. Bruna Werneck (**Integrante da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda - SMTE/RJ**);
29. Maria Cristina de J. Marinho (**SES/RJ NESPAN**);
30. Márcia Soares Vieira (**SMS/SUBPAN/SPS**);
31. Giovana Eugênio (**Representando a Erica Paes, Programa Empoderadas - SUPEMPEG/SEDSH**);
32. Mariana Duayer (**Consultora Jurídica dos NACAs / FIA**).

As Exmas. Juízas **Elen Barbosa** e **Katerine Jatahy**, Membras da COEM, iniciam a reunião as 16h05, cumprimentam e agradecem a presença de todas(os) no presente encontro, que tem por objetivo dar continuidade aos debates sobre a atuação da Rede de Enfrentamento à violência doméstica e familiar.

A Magistrada **Katerine Jatahy** (COEM) assinala que, em razão da chegada de novas participantes na presente reunião, é interessante que todas se apresentem, informando o nome e a instituição a qual representa.

Com a palavra inicial, a Sra. **Rozane de Paula Pereira** do Conselho Regional de Farmácia (CRF) do Rio de Janeiro, que também é presidente do Grupo Técnico de Mulheres Farmacêuticas, se apresenta e consigna a importância da participação do CRF na Rede, considerando que, muitas vezes, no decorrer dos atendimentos se observa indícios de que uma mulher pode ter sofrido violência doméstica, já que estas procuram as farmácias em busca de medicamentos. Dessa forma, reforça a importância da capacitação dos(as) atendentes para observarem os sinais e utilizarem uma abordagem adequada, a fim de contribuírem de alguma forma na assistência e proteção dessas mulheres.

A Sra. **Alessandra Ulrich**, do GT de Enfrentamento da Violência de Gênero da OAB/Mulher, discorre sobre a participação da OAB Mulher no projeto Inspirar criado pela COEM, reforça a participação da advocacia, como parte dos(as) representantes e colaboradores(as) da sociedade civil no combate à violência contra as mulheres. Destaca as frentes de trabalho desenvolvidas e cita o acolhimento de mulheres que procuram a OAB para relatar violências, não somente a doméstica, mas também a violência obstétrica com aumento dos casos.

Ao ensejo, a Magistrada **Elen Barbosa** cita sobre o evento realizado na EMERJ, na presente data, para apresentação da pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia – NUPEGRE, sobre a violência obstétrica e que o Presidente do TJRJ autorizou a criação de um GT Interinstitucional para tratar de matérias relacionadas ao tema.

A Advogada **Pâmela Brito**, Coordenadora de saúde da mulher na OAB/Mulher, cita que é ativista no enfrentamento à violência obstétrica e expõe satisfação em saber da criação do GT, por parte do TJRJ, para tratar desta pauta.

A Sra. **Márcia Vieira**, Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde - SMS, se apresenta e reforça a participação da SMS no GT da violência obstétrica.

A Sra. **Tháís Sâmela**, Psicóloga do NEAP Chiquinha Gonzaga, cita que é especialista em assistência a usuários de álcool e outras drogas, estando no momento colaborando com a Secretaria Municipal da Mulher.

A Sra. **Mariana Duayer**, consultora jurídica dos Núcleos de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência - NACAS, na FIA (Fundação para a Infância e Adolescência), menciona que realiza estudos interdisciplinares baseados nas perspectivas de escuta especializada. Demonstra que, ao longo dos atendimentos, são evidenciadas situações em que se observa a violência contra a mulher.

A Sra. **Maria Cristina Marinho**, da Secretaria Estadual de Saúde, destaca a importância dos encontros da Rede de Enfrentamento e afirma a necessidade de atuação conjunta na busca do aprimoramento das políticas públicas em favor das mulheres.

A Sra. **Márcia da Silva**, da Secretaria Estadual da Saúde – SES/RJ discorre sobre sua atuação na área técnica de saúde das mulheres e informa que, no momento, é responsável pela implantação da política nacional de saúde integral da população negra na SES/RJ.

A Sra. **Crislaine Coelho**, farmacêutica e membra do Grupo Técnico de Mulheres do CRF/RJ – GTT Mulheres, destaca que as mulheres são a maioria dentre os profissionais desta área e que o GT Técnico do CRF atua também no acolhimento de farmacêuticas vítimas de violência doméstica, acolhidas pelo Projeto Sinal Vermelho. Informa que atua em outras frentes no enfrentamento à violência contra as mulheres, incluindo hospitais.

A Sra. **Alexandra Gomes**, Diretora do CRF/RJ e integrante do GTT Mulheres, reforça a força das mulheres no desenvolvimento das políticas de proteção.

A Sra. **Fátima Cidade**, Conselheira do CEDIM/RJ, menciona que atua no campo do combate à violência obstétrica e acena para o fato que todas as mulheres podem ser impactadas por este tipo de violência, daí a necessidade de atuação nesta temática.

A Sra. **Aline Inglez**, Superintendente de Articulação Institucional da Secretaria Estadual da Mulher – SEM/RJ, traz a notícia da cessão do terreno para a construção da Casa da Mulher Brasileira no Estado do Rio de Janeiro. Destaca que este evento significa um importante passo para a concretização do projeto, que passará a ser um grande organismo de políticas públicas no apoio as mulheres vítimas de violência doméstica. Menciona ainda a assinatura do acordo de cooperação entre a SEM/RJ, o TJRJ e o Instituto Avon, visando a implementação do **Programa Acolhe**, voltado para acolhimento das mulheres em situação de violência.

A **Delegada Tatiana Queiroz**, Diretora Geral do Departamento de Atendimento à Mulher – DGPAM (PCERJ), destaca sua atuação em 14 (quatorze) delegacias, zelando pelas políticas voltadas para a mulher. Salaria o assunto trazido pelo Sra. Rosane de Paula no que tange às farmácias e demonstra interesse em estabelecer uma parceria com o CRF para desenvolver uma política específica, mediante atuação conjunta.

A Sra. **Thamyres Elpídio**, Secretária Municipal da Mulher/SMM de Niterói, destaca o fortalecimento das políticas voltadas para as mulheres no município com a transformação da CODIM, Coordenadoria de Políticas para Mulheres, em Secretaria Municipal da Mulher. Realça que este acontecimento traz mais responsabilidades, mas também alarga os horizontes das políticas públicas em proteção das mulheres na região.

A Sra. **Bia Quiroga**, Coordenadora da Sala Lilás de Niterói e atuando no eixo de combate à violência contra mulheres na Secretaria Municipal da Mulher de Niterói, se

apresenta e reforça que a transformação da Coordenadoria em Secretaria é uma boa notícia para o fortalecimento das políticas voltadas à proteção das mulheres na região.

A Defensora Pública Dra. **Matilde Alonso**, Subcoordenadora de Defesa dos Direitos da Mulher e Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher Vítima de Violência de Gênero (NUDEM) realça o prazer em estar novamente presente na reunião da Rede.

A Procuradora de Justiça e Coordenadora do CAO-VD/MPERJ, **Dra. Carla Araújo**, apresenta a Promotora de Justiça Dra. Isabela Jourdan, que atuará como Subcoordenadora do CAO-VD, Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

A Promotora de Justiça Dra. **Isabela Jourdan** (CAO-VD/MPRJ) se apresenta e destaca a atuação da Dra. Carla Araújo na Rede de Enfrentamento e se coloca à disposição para contribuir com as políticas de proteção à mulher.

A Sra. **Lidiane de Paula Pereira**, da Secretaria Municipal de Promoção das Mulheres - SPM/RJ, se apresenta e comunica que está com a responsabilidade de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidas pela Joyce Trindade, em razão de sua desincompatibilização.

Sra. **Lidiane de Paula** informa que esteve presente nos processos de criação de todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e que, agora na condição de Secretária, pretende dar continuidade ao trabalho desenvolvido com muita seriedade em apoio à Rede.

Ao ensejo, discorre sobre a inauguração da Casa da Mulher Cidadã, em Santa Cruz e a reinauguração da Casa da Mulher Carioca Tia Doca, onde foram realizadas obras e a ampliação dos atendimentos. Destaca ainda a atuação da SPM/RJ no show da Madona, onde houve ações de divulgação da campanha do “**Tem Saída**”, bem como se fazendo presente com uma equipe de atendimento para os casos de violência contra a mulher.

A Sra. **Débora Rodrigues** (ALERJ) se apresenta e informa que está representando a Dep. Renata Souza, da Comissão de Defesa das Mulheres da ALERJ.

A Sr. **Maria José Silva** (ALERJ) se apresenta e informa que está representando a Dep. Martha Rocha e que auxilia nos atendimentos das demandas de mulheres que chegam ao gabinete para encaminhamento aos órgãos competentes.

A Sra. **Cristina Fernandes**, Coordenadora do Centro Integrado de Atendimento à Mulher (CIAM Márcia Lyra), se apresenta e informa que o CIAM está vinculado à Secretaria Estadual da Mulher.

A Assistente Social **Juliana Siqueira**, Diretora da Casa Viva Mulher Cora Coralina, se apresenta e informa que a Casa, vinculada à SPM/RJ, acolhe mulheres em situação de violência e risco de morte.

A Advogada **Geovana Eugênio**, Assessora Técnica na Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos, se apresenta e informa que está representando a Superintendente Érica Paes, criadora do Programa “Empoderadas”.

A Sra. **Mariana Andrade**, Subsecretária de Enfrentamento à Violência contra a Mulher no município do Rio de Janeiro, da SPM/RJ, exalta toda a construção de políticas realizadas até agora, das quais deseja fazer parte efetivamente.

Sra. **Bruna Werneck**, Secretária de Trabalho e Renda do município do Rio, comunica sua saída da Secretaria e sobre a efetivação da primeira contratação de uma mulher encaminhada pelo programa “**Novos Rumos**”, projeto fruto de uma parceria entre a COEM e a SMTR/RJ. Cita que algumas mulheres conseguiram se inserir no mercado de trabalho de uma outra forma e deixaram de ser acompanhadas pela SMTR. Por fim, ressalta a necessidade de fazer uma reflexão sobre as expectativas do emprego formal, em razão das dificuldades existentes, mesmo para aquelas mulheres com boa qualificação.

A Psicóloga **Tamires Ribeiro**, Diretora do CEAM Chiquinha Gonzaga, se apresenta e informa sobre sua trajetória de atuação na Rede, que se inicia em 2018, como educadora social na Abrigo Sigiloso Cora Coralina e que foi psicóloga na Casa Elza Soares.

Sra. **Valeska Pantaleão**, Diretora do CEAM Tia Gaúcha, se apresenta e informa que o equipamento está voltado para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher na região de Santa Cruz, vinculado à Secretaria de Políticas e Promoção das Mulheres do município do Rio de Janeiro.

❖ INÍCIO DOS DEBATES:

Com a palavra, a Dra. **Carla Araújo** (CAO-VD / MPERJ) ressalta a importância da obtenção de dados estatísticos dos atendimentos nos equipamentos assistenciais, no sentido de saber quantas mulheres são atendidas em cada equipamento público. Esclarece que a obtenção desses dados não tem nenhum caráter fiscalizatório, mas tão somente o conhecimento para que auxiliar na construção de boas políticas públicas.

A Sra. **Thamyres Elpídio** (SMM/Niterói) comunica a renovação de uma parceria com o SENAC/Niterói, reativando o programa SENAC SOCIAL que oferece vagas de empregos para mulheres dentro do espaço do empreendedorismo. Ao ensejo traz a notícia da inauguração do NUAM, que será um centro de atendimento 24 horas com equipe médica, equipe psicossocial e da guarda municipal. Assinala que nos próximos encontros disponibilizará relatórios dos atendimentos para serem compartilhados com o fim de balizar as políticas públicas.

A Sra. **Aline Inglez (SEM/RJ)** contextualiza o exposto pela Dra. Carla Araújo e menciona que está de posse de dados estatísticos dos atendimentos da **SEM/RJ**, englobando as unidades que estão sob a gestão do Estado, onde realizaram um total de 540 atendimentos em 2024, entre o jurídico, serviço social e o psicológico. Se compromete a compartilhar os dados com a Rede.

Continuando, comunica que a Secretaria segue no esforço de reestruturação dos equipamentos, como o CIAM BAIXADA, para resolver o problema do espaço físico. Uma vez que, a cessão do imóvel foi para a Secretaria de Saúde.

Em relação à Casa da Mulher Brasileira, enfatiza que as tratativas estão bem adiantadas e em breve será deflagrado o processo licitatório para a sua construção. Sintetiza a necessidade de uma articulação dos demais órgãos para dar vida à Casa.

Sobre o Programa Acolhe, formalizado recentemente entre a SEM/RJ, o TJRJ e o Instituto Avon, comunica que todos os equipamentos e unidades especializadas de atendimento às mulheres foram convocados para uma capacitação.

A Magistrada **Elen Barbosa** (COEM) aproveita o ensejo e faz um reconhecimento público quanto à atuação da SEM/RJ na construção do protocolo pautado na “Lei Não é

Não”, visando a regulamentação que está por vir. Agradece a oportunidade de discutir isso com a Rede. Sobre o Programa Acolhe, com o Instituto Avon, a Magistrada sinaliza que já estavam trabalhando com os acolhimentos, mesmo antes da formalização.

Continuando, expõe preocupação sobre a necessidade de criar um fluxo para as mulheres de outros municípios, que serão acolhidas pelo Programa. Contextualiza sobre a reunião da Casa da Mulher Brasileira, realizada na presente data, e aponta a necessidade de articulação dos órgãos envolvidos, no sentido de se organizarem para a devida atuação quando a Casa for inaugurada. Menciona, ainda, que foi agendada uma visita técnica ao terreno para o dia 10 de junho, às 11h, contando com a presença desses órgãos abarcados no projeto.

Ao ensejo a Sra. **Cristina Fernandes** (Coordenadora do CIAM Márcia Lyra) frisa sobre a necessidade de construção de um fluxo para não sobrecarregar o equipamento do Estado. Sinaliza a necessidade de pensar em toda a engrenagem, principalmente, no momento que os serviços encerram o expediente, para que o Município atue em parceria com o Estado. Em relação aos casos mais complexos, cita que o ideal é que sejam encaminhados para o município do Rio de Janeiro, a fim de serem acolhido pelo projeto Acolhe.

A Dra. **Tatiana Queiroz** (DGPAM) discorre sobre sua visita à Casa da Mulher Brasileira em Fortaleza e menciona que na Casa cearense, a Polícia Civil tem sido o último atendimento ao qual a vítima recorre. Relata que, justamente por isso, essas vítimas chegam mais fortalecidas pelos atendimentos anteriores, a fim de realizar o B.O (Boletim de Ocorrência).

Destaca que muitas vezes as mulheres saem extremamente fortalecidas pelo conjunto dos atendimentos, que naquele momento pode ser até mais importante que o próprio registro de ocorrência.

A Sra. **Bia Quiroga** (SMM/Niterói) comunica que a Sala Lilás de Niterói voltará a funcionar de segunda a sábado, a partir do dia 20 de maio, e com isso se espera a ampliação dos atendimentos.

A Sra. **Thamyres Elpídio** (SMM/Niterói) cita sobre a desapropriação do prédio onde funciona o CEAM de Niterói. Sinaliza sobre a existência de projeto, visando a realização de sua expansão, bem como adequações necessárias para atender a legislação no que concerne à acessibilidade.

Menciona ainda o recebimento de questionamentos do Ministério Público sobre o posicionamento da secretaria, quanto a intenção de criar grupos reflexivos. Consigna que gostaria de ouvir as opiniões da Rede, visando subsidiar sua resposta ao MPERJ e ressalta que, do ponto de vista de estrutura de pessoal e financeira, é impossível implementar um projeto neste sentido, além das limitações impostas pela lei eleitoral.

A Sra. **Aline Inglez** (SEM/RJ) se solidariza com a questão e se disponibiliza para o agendamento de reunião com a Superintendência de Enfrentamento, visando trabalhar uma proposta de apoio sob o ponto de vista da capacitação técnica.

A Magistrada **Katerine Jatahy** (COEM) questiona sobre a criação de órgão da Defensoria Pública para atuar junto às vítimas, já que se trata de um dos direitos da mulher.

A Dra. **Matilde Alonso** (NUDEM/DPERJ), em resposta, relata que a Defensoria tem trabalhado para encontrar uma solução para esta demanda e assevera a necessidade de reestruturação para prover órgãos de defesa da vítima. Consigna que a maior dificuldade são as comarcas de juízo único, onde há apenas um Defensor. Ressalta que, naquelas onde há dois Defensores, já houve definição pelo Conselho da DPERJ para que um atue pelo réu e o outro, pela vítima. Cita que há, ainda, em estudo para ver a possibilidade de realizar este atendimento de forma regionalizada.

Por fim, aborda os atendimentos abarcados pelo NUDEM e se compromete em compilar os dados dos atendimentos do NUDEM e apresentá-los na próxima reunião da Rede.

Conforme deliberação estabelecida em reunião anterior, realizada em 4 de março (ATA COEM No. 9/2024), a **Juíza Katerine Jatahy** indaga à Sra. Lidiane de Paula (SPM/RJ) sobre a Casa da Mulher Carioca de Campo Grande.

Em resposta, a **Sra. Lidiane de Paula** (SPM/RJ) comunica que a Casa da Mulher Carioca de Campo Grande foi inaugurada no dia 8 de abril de 2024. Informa que a mesma é composta por um NEAM, Núcleo Especializado de Atendimento à Mulher, uma equipe de atendimento multidisciplinar voltada para o atendimento de promoção da mulher e outros encaminhamentos, assim como oficinas, rodas de conversas e cursos de capacitação. Por fim, se compromete a apresentar os dados estatísticos, referentes aos atendimentos, na próxima reunião da Rede.

Considerando a pendência de deliberação, estabelecida reunião anterior, realizada em 5 de fevereiro (ATA COEM No. 4/2024), a Sra. **Márcia Soares** (SMS) informa que está com as informações para apresentar sobre o fluxo dos CAMIs, contudo sinaliza que precisa de equipamento para projetar a apresentação. Nesse sentido, a Dra. **Katerine Jatahy** sugere para que a Sra. Márcia Soares apresente o fluxo na próxima reunião da Rede.

A Dra. **Tatiana Queiroz** (DGPAM) menciona sobre a realização de uma reunião com o Ministério Público para tratar sobre a utilização das transações penais, visando conseguir recursos para a reforma de equipamentos. Partindo dessa premissa, a Delegada sugere a transferência de parte desses recursos, bem como aqueles oriundos das autuações em operação Lei Seca, para um fundo voltado às políticas de proteção às mulheres.

A **Magistrada Elen Barbosa** (COEM) contextualiza a questão debatida, quanto à operacionalização no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Ao ensejo, a **Dra. Carla Araújo** (CAO VD – MPERJ) assinala que a questão trazida aponta o cumprimento das penas em forma pecuniária. Demonstra situações em que os adimplementos das transações penais possam ser cumpridos com a entrega de bens materiais. Dito isso, enfatiza que o fluxo tem que ser oficial e institucional para ter validade legal.

A **Débora Rodrigues** (Comissão da Mulher – ALERJ, representante da Dep. Renata Souza) sugere uma reunião entre as participantes da Rede, com o intuito de analisar a propositura de um projeto de lei neste sentido na ALERJ, com a proposta de dedicar um percentual desses recursos para um fundo de mulheres, conforme mencionado.

A Sra. **Valeska Pantaleão** (Diretora do CEAM Tia Gaúcha na Zona Oeste) pede desculpas pela quebra de protocolo e sinaliza a necessidade de trazer uma questão fática,

emergencial, ocorrida no CEAM, com intuito de ser definido algo de forma coletiva aqui na Rede.

Informa que recebeu da gerente da clínica da família uma situação de cárcere privado identificado durante uma visita domiciliar. Complementa que o caso vem sendo acompanhado e já houve intervenção da equipe da saúde, que conduziu a mulher vítima para a clínica da família, onde foi observado que seu filho, recém-nascido, não tinha sido submetido ao teste do pezinho.

A **Diretora do CEAM Tia Gaúcha** salienta que houve o primeiro atendimento, mas o marido da vítima não permitiu que a mesma retornasse para dar continuidade ao acompanhamento pós-parto. Por fim, discorre que foram pensadas várias formas de agir, porém há o receio de submeter essa mulher em outras situações de risco.

A **Magistrada Elen Barbosa** (COEM) entende que a solução está na continuidade da visita domiciliar, até que se consiga sensibilizá-la e encorajá-la.

A Sra. **Márcia Soares** (SMS) informa que irá discutir o caso na SMS para construir a melhor estratégia de ação, já que é necessário também preservar a segurança do agente de saúde da localidade. Explica que, quanto menos ele saber do caso, menos riscos de vida ele correrá.

Sobre o caso em questão, a Sra. **Márcia Cidade** (CEDIM) contextualiza no sentido de estar havendo violações de direitos da criança e da mãe. Sugere uma estratégia entre a Patrulha Maria da Penha, em parceria com a equipe da saúde, visando abrigar esta mulher.

Por fim, indaga sobre o posicionamento do Poder Judiciário no que se refere à política da “entrega legal”. Em resposta, a Magistrada **Katerine Jatahy** sugere o debate do assunto na próxima reunião. Contudo, menciona acerca da existência de projeto sobre a “entrega legal” junto às Varas de Infância. Por fim, solicita para a Equipe do SEGEM convidar alguém da Infância para a próxima reunião da Rede de Enfrentamento, a fim de informar sobre o projeto “Entregar de Forma Legal é Proteger”¹. (Deliberação 1)

Nesta toada, a Magistrada convida as representantes do Conselho de Farmácia para a próxima reunião da Rede.

A Sra. **Bia Quiroga** (da SMM/Niterói e Coordenadora da Sala Lilás) aventa a possibilidade de recorrer à equipe da Defesa Civil nestas abordagens, utilizando o argumento de combate à dengue, a exemplo do que vem ocorrendo em Niterói, a fim de ter acesso à vítima e auxiliá-la de alguma forma.

A **Major Bianca** (PMERJ/ - Coordenadora da Patrulha Maria da Penha) se apresenta e menciona que foi designada para substituir a Ten. Cel. Cláudia Moraes na coordenação da Patrulha Maria da Penha. Comunica que a Ten. Cel. Claudia foi convidada para assumir a Coordenadoria de Comunicação PMERJ. Contextualiza sobre a importância do trabalho

¹ Um projeto da Coordenadoria Judiciária de Articulação das Varas da Infâncias, da Juventude e do Idoso (CEVIJ) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), cujo objetivo é conscientizar a sociedade, no que tange a entrega de crianças por parte de seus genitores à Justiça da Infância e Juventude, com auxílio de assistentes sociais, profissionais de saúde e outros órgãos do Sistema de Proteção à Infância. Informações extraída do Portal CEVIJ, no site do TJRJ: <https://infancia.tjrj.jus.br/cevij-inf%C3%A2ncia-e-juventude>.

da Patrulha e sinaliza a necessidade de reavaliar algumas questões, visando buscar um aprimoramento e maior eficiência.

Nada mais a ser tratado, as Magistradas **Elen Barbosa** e **Katerine Jatahy** encerram a reunião às 18h14 e designam o próximo encontro para o dia **10 de junho, às 16h. (Deliberação 2)**.

Juíza Elen de Freitas Barbosa
(Membra da COEM)

Juíza Katerine Jatahy Kitsos Nygaard
(Membra da COEM)

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Incluir no convite da próxima reunião da Rede de Enfrentamento um(a) representante da infância.	Equipe SEGEM	Imediato
02	Encaminhar o convite da próxima reunião, agendada para 10 de junho, as 16h.	Equipe SEGEM	Imediato

Deliberações Encerradas		Responsável	Razão
Ata nº 09/2024 (Deliberação 01)	Enviar informações pertinentes à inauguração da Casa da Mulher Carioca de Campo Grande.	SPM/RJ	Deliberação Cumprida na presente reunião